

A normatização do artigo científico e a estabilidade do gênero

(Scientific article normalization and genre stability)

Karina Penariol Sanches¹

¹ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP)

karinaplin@yahoo.com.br

Abstract: This article proposes an investigation concerning to scientific article normalization based on scientific inquiry methodological manuals and ABNT standard orientations. Based on Bakhtin Circle theory, the conceptual categories used were dialogism, architectonic form, compositional form, style, discourse genres. In despite of genre stability, a few differences between compositional form and manuals orientations concerning to the necessity of adjustments according to the knowledge area were observed.

Key-words: *scientific article; discourse genres; normalization.*

Resumo: Este artigo propõe uma investigação acerca da normatização do artigo científico pautada em informações oferecidas por manuais de metodologia da pesquisa científica e por norma da ABNT. O referencial teórico é o dialogismo de Bakhtin e seu Círculo, envolvendo os conceitos de forma arquitetônica, forma composicional, estilo, gênero. Apesar da grande estabilidade do gênero, notaram-se pequenas diferenças quanto à prescrição da forma composicional dos artigos e orientações dos próprios manuais quanto à necessidade de adequações em função da área do saber.

Palavras-chave: *artigo científico; gêneros do discurso; normatização.*

Introdução

A publicação de artigos científicos (ACs), conforme aponta Barros (2006), tem apresentado elevado crescimento no Brasil e no mundo, desde a década de 1990, nas diversas áreas do saber. Henz (2003) e Teixeira (s.d.) concordam que esse crescimento se deve, principalmente, à importância que o gênero assumiu dentro da sua esfera de circulação ao longo de sua existência, sendo considerado um dos principais meios para a disseminação da ciência entre pesquisadores e para se alcançar prestígio entre os pares. Dada sua relevância, o estudo desse gênero a partir das diversas perspectivas possíveis é fundamental. Por isso, propõe-se uma investigação acerca da natureza do gênero artigo científico pautada em informações oferecidas por manuais de metodologia da pesquisa científica e por norma da ABNT. O referencial teórico é a noção de gênero do discurso proposta por Bakhtin e seu Círculo, envolvendo os conceitos de forma arquitetônica, forma composicional e estilo.

A motivação para esta investigação é a ponderação que Bakhtin (2003[1952-1953]) faz acerca da necessidade de se compreender a natureza do enunciado e da discursividade “de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana” (p. 264). Compreender um gênero é fundamental, pois é dos enunciados concretos que o pesquisador irá retirar fatos lingüísticos necessários ao entendimento do campo da atividade humana e da comunicação a eles relacionados. Se a natureza desses enunciados não for compreendida, pode-se incorrer em erros de

classificação estilística e em análises que caíam em formalismo e abstração exagerada, deformando “a historicidade da investigação” e debilitando “as relações da língua com a vida” (BAKHTIN, 2003, p. 265).

No que concerne aos ACs, a compreensão do gênero recai sobre a questão da normatização, a qual permite identificar não só uma etapa da prática discursiva escrita dos pesquisadores-autores, mas principalmente como o AC é enxergado por quem o normatiza. Por refletirem as transformações que ocorrem na vida social, na história, nos procedimentos de construção do todo discursivo, o que lhes possibilita renovar-se, os gêneros não são formas fixas. Todavia, Bakhtin (2003[1952-1953]) pondera que, para os falantes, os gêneros têm natureza normativa, caráter organizacional, uma vez que lhes são dados prontos, semelhantemente ao que ocorre com a língua materna, que nos chega não por meio de dicionários e gramáticas, mas por meio de enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos em nossa comunicação discursiva com aqueles que nos cercam.

Os manuais de metodologia da pesquisa científica e normas ABNT são alguns dos principais instrumentos normativos utilizados para orientação acerca de diversos gêneros discursivos da esfera científica, dentre os quais o AC, podendo constituir-se não somente em orientações para a produção, mas como grandes colaboradores na estabilidade do gênero.

Os manuais de metodologia da pesquisa científica e a Norma da ABNT

O material investigado é composto pela norma da ABNT *NBR 6022* (2003), que trata de artigos para publicação em periódico científico, e por três manuais de metodologia da pesquisa científica: a) *Planejar e redigir trabalhos científicos* (REY, 1993); b) *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais* (SÁ *et al.*, 1994); e *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação* (ANDRADE, 1995). A seleção desse material pautou-se na relevância de sua contribuição para a normatização dos meios de transmissão do saber científico na comunidade científica e na existência ou não de discussões acerca de ACs. Há inúmeros manuais, mas nem todos abordam os ACs, sendo, por conseguinte, excluídos deste estudo.

Organização geral dos manuais²

Os manuais divergem em função do modo como abordam a produção de trabalhos científicos em geral e os métodos de pesquisa científica. Essa divergência ocorre, principalmente, por conta dos objetivos definidos por cada um dos manuais.

Planejar e redigir trabalhos científicos (REY, 1993) é a reedição da publicação de 1972, intitulada *Como redigir trabalhos científicos*. O autor é mostrado como figura importante no meio acadêmico-científico, pesquisador de instituição de renome, diretor de duas revistas científicas da área médica e professor de Universidades na área de Saúde. Para aumentar a credibilidade do manual, ressalta-se a utilização de diversas normas técnicas que embasaram sua elaboração, como a ABNT, a Unesco, a *International Standard Organization* (ISO), entre outras.

Este é um manual muito completo, refletindo, com isso, o claro objetivo do autor em orientar mestrandos e doutorandos para que elaborem “um bom projeto de pesquisa

² O termo “manuais” será adotado sempre que se fizer menção a todo material em análise, ou seja, aos três manuais de metodologia e à norma da ABNT.

[...], condição preliminar de qualquer investigação científica séria” (p. IX). Esse projeto é que dará condições aos estudantes de prepararem teses e demais trabalhos relacionados a seus estudos. O manual divide-se em três grandes partes e seus títulos preconizam com exatidão o conteúdo de cada uma: Parte I – A pesquisa; Parte II – Redação de trabalhos científicos para publicação; Parte III – Anexos.

A organização do manual reforça o objetivo do autor, pois as 141 páginas da primeira parte (de um total de 160 páginas do manual) são dedicadas ao processo de pesquisa, apresentando a diferença entre o conhecimento leigo e o científico, as metodologias, orientações sobre como desenvolver o projeto de pesquisa, as fontes de financiamento, como conseguir auxílio. Há o aprofundamento em questões sobre microinformática, como detalhes sobre componentes do computador, aplicativos e questões ergonômicas. Nas 88 páginas da segunda parte, há orientações sobre o preparo, a organização e a redação dos diversos trabalhos científicos, dentre os quais o AC, além de orientações sobre o processo de aprovação de manuscritos para publicação em periódicos e a correção de provas tipográficas, importante ao se considerar o objetivo da parte: orientar para publicar. A última parte (31 páginas) é composta por três anexos: um com o resumo do conteúdo do manual; outro com lista símbolos e abreviaturas a serem utilizadas em trabalhos científicos; o último com uma lista de palavras abreviadas que, segundo Rey, normalmente, entram na composição de títulos de revistas de Biologia e Medicina.

Assim como Rey (1993), Andrade (1995) reforça a credibilidade de seu manual ao frisar, no prefácio, a utilização das normas da ABNT, da ISO e da ANSI e de manuais de outros estudiosos da área. Com objetivo semelhante a Rey (1993), visa orientar pós-graduandos com relação às normas metodológicas para apresentação de trabalhos científicos e, em função das diferenças existentes entre as normas direcionadas para cada uma das áreas do saber (Exatas, Humanas e Tecnológicas), optou por “oferecer noções genéricas, [...] que poderão ser adaptadas a cada caso particular” (ANDRADE, 1995, p. 7). A divisão do manual reflete o objetivo da autora: 42 páginas discorrem sobre o processo de pesquisa; 49 páginas conceituam e oferecem orientações sobre a elaboração dos diversos tipos de trabalhos de pós-graduação, sendo 20 delas exclusivas ao planejamento e à elaboração de monografias, dissertações e teses; 6 páginas trazem informações acerca das normas de apresentação física, ou seja, papel, paginação, margens etc.

Em Sá *et al.*, a credibilidade é depositada ao fato de ser fruto de uma ampla discussão realizada em encontro nacional com representantes de 17 universidades e demais pessoas da área de normatização, além da ênfase ao apoio da ABNT e do CNPq. Por considerarem que a adoção de normas de estruturação e apresentação de trabalhos científicos, técnicos e culturais é fundamental para se alcançar a eficiência necessária na transferência de informações, seu objetivo é reunir as diversas tendências em um único padrão, apresentando um modelo unificado de normas a serem aplicadas em nível nacional a fim de “evitar orientações conflitantes a orientandos inseguros” (p. 15). Seu público alvo abrange alunos de graduação e pós-graduação, instituições de ensino superior e especialistas da área. A organização física difere dos anteriores e condiz com o objetivo do manual, pois 6 capítulos (85 páginas) discorrem sobre normatização de itens técnicos: formatação de páginas, resumos, ilustrações, citações, notas de rodapé e referências bibliográficas. Apenas os dois primeiros capítulos (29 páginas) abordam a definição e o planejamento de trabalhos científicos.

A ABNT 6022 (2003) não faz referência à pesquisa científica, ao método científico ou qualquer outra questão que não seja a organização física do AC, uma vez que seu objetivo, não só da norma, como da própria instituição, é normatizar e não fazer ponderações e/ou discussões sobre processos alheios à normatização. Sucinta, apresenta informações sobre as partes que estruturam o AC em apenas 3 páginas das 5 que compõem a norma. Embora não sejam nomeados autores e/ou organizadores, o simples fato de ser publicada pela ABNT é motivo de credibilidade. A instituição³ é reconhecida no campo das normatizações no Brasil, servindo de base e parâmetro para inúmeras instituições, pesquisadores, estudantes. Alguns periódicos científicos importantes no Brasil, indexados no Scielo, baseiam-se nessas normas para orientarem pesquisadores que desejem submeter seus artigos para publicação⁴.

Artigos científicos nos manuais

Conceito de artigo científico

A abordagem do AC pelos manuais inicia-se por sua conceituação, a qual não diverge entre os manuais, nem é similar. O que se verifica é uma complementaridade de um conceito em relação aos demais.

A ABNT 6022 (2003) é muito concisa, definindo o AC somente como “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (p. 2), sendo formado por elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Embora Rey (1972, 1993) não apresente um conceito propriamente dito, tece comentários sobre a função de um AC e o que o caracteriza, além da forma. Desse modo, segundo o autor, o AC insere-se na categoria memórias científicas originais, primeira das três que compõem a lista de modalidades de documentos científicos da Unesco. Para pertencer a essa categoria, o texto deve apresentar conteúdo original, ser redigido de maneira que, com base apenas nas informações nele contidas, qualquer investigador especializado na área possa: a) reproduzir as experiências e obter os mesmos resultados, com erros inferiores ou iguais aos delimitados pelo autor; b) repetir as observações e avaliar as conclusões do autor; c) verificar a exatidão das análises e deduções⁵. Os trabalhos originais que se enquadram nessa categoria são os de observação ou descrição, os experimentais e os teóricos e seguem o padrão do modelo IMRD⁶ (Introdução, Método,

³ A ABNT atua em inúmeros setores da sociedade por meio de documentos técnicos normativos que permitem sistematizar “a produção, a comercialização e uso de bens e serviços de forma competitiva e sustentável nos mercados interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, proteção do meio ambiente e defesa do consumidor” (ABNT, 2008).

⁴ A título de exemplo, citamos os periódicos: *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, *Interface – Comunicação, Saúde, educação*.

⁵ As características delineadas por Rey acerca das memórias científicas originais podem ser correlacionadas à questão do caráter público delineado por Habermas (2003), herança trazida do Iluminismo. Segundo Carvalho Júnior (2005), o que Habermas propõe é “a construção de um espaço público a partir da participação de cada um como escritor e leitor dentro de um mundo de idéias e opiniões” (p. 22), ou seja, é na esfera pública que se cria o espaço de discussão que possibilita a intervenção de outros naquilo que se tem produzido. A esfera científica faz parte dessa esfera pública, sendo condição *sine qua non* de sua existência a divulgação de estudos, resultados, teorias etc., a fim de colocá-los à prova por outros estudiosos da área, bem como pela própria sociedade como um todo.

Resultados, Discussão), acrescido, assim como preconiza a ABNT 6022 (2003), de elementos pré e pós-textuais.

Sá *et al.* (1994) definem AC como “trabalho técnico, científico ou cultural que visa principalmente a maior agilidade na divulgação do assunto tratado, seguindo, na maioria das vezes, as normas de publicação da editora a que se destina” (p. 55), acrescentando que podem ser escritos por um ou mais autores. Quanto à forma composicional, enumeram sete tópicos fundamentais, acompanhados de sua definição e formação.

Andrade (1995), por sua vez, para conceituar o AC, apóia-se em três autores diferentes, semelhantes entre si, dentre os quais figura a ABNT. Um deles destaca o fato de o AC ser parte principal de publicação periódica. Todavia, a autora não deixa de expor seu próprio conceito, segundo o qual o AC “é caracterizado como trabalho científico completo, cuja extensão não é suficiente para compor um livro” (p. 57).

Pode-se inferir, portanto, com base nos conceitos dos manuais, que o AC é um trabalho técnico, científico ou cultural, que faz parte de uma publicação e pode ser escrito por uma ou mais pessoas, sendo sua autoria declarada. Visa à rápida divulgação de determinado assunto, estando sujeito a normas editoriais. Apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento, devendo conter informações suficientes que permitam a reprodução das experiências e a obtenção dos mesmos resultados, a repetição das observações e a avaliação das conclusões do autor e a verificação da exatidão das análises e das deduções.

Após tratar do conceito que envolve o AC, os manuais passam a se dedicar, quase que exclusivamente, à forma composicional dos ACs, enumerando, descrevendo e oferecendo recomendações para cada uma de suas articulações. Antes, porém, de discutir essas prescrições, é preciso algumas observações concernentes à incidência da normatização sobre a forma composicional.

Considerações sobre forma arquitetônica e forma composicional

No decorrer da análise, uma característica delineou-se fortemente. Em suas normatizações, os manuais enfatizam, sobretudo, a forma composicional⁷ dos ACs, colocando em segundo plano os demais elementos que compõem o gênero, a saber, estilo e conteúdo temático. Levantam-se, aqui, duas hipóteses para este distanciamento em relação a esses elementos: a primeira é a possibilidade de os manuais considerarem esses dois elementos menos importantes que a forma composicional; a segunda (que se crê mais viável) pode estar ligada ao fato de tais elementos necessitarem de uma abordagem complexa e profunda, o que poderia distanciá-los de seus objetivos didáticos, que se relacionam principalmente à descrição das partes do AC.

A forma composicional é abordada ao longo dos escritos do Círculo em sua relação com a forma arquitetônica, do ponto de vista do projeto estético. Bakhtin

⁶ Nomenclatura adotada por Coracini (1991) e que será adota nesta pesquisa sempre que se fizer referência a esta estrutura de AC.

⁷ Nas traduções da obra do Círculo para o inglês, o espanhol e o português, é possível encontrar as expressões estrutura composicional, forma composicional ou construção composicional, em função mesmo das diferenças nos originais russos. No texto de 1924, o termo é “forma” (“форм” no original russo), ao passo que no texto de 1952-1953, é “construção” (“пострѐйие” no original russo). Adota-se, aqui, o termo “forma” a fim de se padronizar a expressão e evitar possíveis confusões.

(1993[1924]) aponta que as formas composicionais são modos específicos de estruturar a obra externa, dando conta somente da realização do objeto material, parte integrante da obra estética na sua totalidade, e são determinadas pela arquitetônica, estando “sujeitas a uma avaliação puramente técnica, para determinar quão adequadamente realizam a tarefa arquitetônica” (p. 25). Sobral (2005), a esse respeito, faz a seguinte ponderação:

o momento arquitetônico, do objeto estético, poderia ser comparado à formação/concepção do gênero, ao passo que o momento composicional, da obra exterior, material, poderia ser pensado como a ‘textualização’ do gênero assim formado/concebido. (p. 113)

No mesmo texto, Bakhtin discorre acerca da constante confusão estabelecida entre as duas formas nos trabalhos da estética material. Segundo o autor, a concepção da estética material torna impossível a diferenciação rigorosa das duas formas, revelando a forte tendência em dissolver a forma arquitetônica na composicional. Mas essa diferenciação não só existe como é delimitada por Bakhtin (2003[1924]), conforme pondera Bezerra (2003[1952-1953]) em comentários ao longo das notas constantes em *Estética da Criação Verbal*:

[...] o autor [Bakhtin] traça uma delimitação teoricamente importante entre o ‘objeto estético’ como conteúdo da atividade estética do artista, voltada para o mundo das relações humanas e seus valores, e a ‘obra externa’ que o personifica em um determinado material e, respectivamente, entre a forma arquitetônica do objeto estético axiologicamente orientada e a forma composicional da ‘produção material’. (p. 438)

A despeito da distinção existente entre ambas, elas se vinculam, não mecanicamente, mas constitutivamente, ou seja, seus elementos constituintes não se unem somente no tempo e no espaço por meio de uma ligação externa qualquer, mas por meio da integração da unidade interna de sentido.

Conforme Bakhtin (2003[1924?]), o sentido que as une é conferido pelas formas arquitetônicas, as quais são formas da existência estética que envolvem a concepção da obra como um todo, concedendo-lhe acabamento. Mas esse sentido conferido pela arquitetônica é garantido, segundo o autor, pela participação da obra de arte na unidade da cultura, pois é a relação entre os diversos domínios da cultura que poderá proporcionar um sentido que não seja arbitrário, integrando tempo, espaço, material, conteúdo, forma e organização/articulação de valores morais atribuídos aos signos pelos sujeitos. Esses valores são atribuídos em diversas gradações em função da esfera, da posição que o sujeito ocupa nela, de seu poder simbólico, da maior ou menor inter-relação entre as esferas, sendo este último fundamental no processo, pois é por meio dele que as esferas se constroem, se mantêm e se renovam, caracterizando o que Bakhtin (2003[19?]) nomeia *refração*.

Cada esfera refrata e reflete do seu modo a realidade, em conformidade com aquilo que nela é considerado mais ou menos importante. Dessa maneira, a interpretação de um mesmo evento pode ser mediada por valores diferentes entre as diversas esferas. Em relação à literatura, Bakhtin/Medvedev (1991[1928]) ressalta que ela é definida por ela mesma e também por outras esferas da vida social, pois ela reflete e refrata os reflexos e as refrações de outras esferas ideológicas, que compõem o todo do horizonte ideológico

do qual ela mesma faz parte⁸. Desse modo, um trabalho literário não pode ser compreendido fora da unidade da literatura, a qual, por sua vez, está inserida em um complexo e inquebrável sistema de interconexões e influências que envolvem outras esferas ideológicas da vida. Conseqüentemente, todo fenômeno, seja literário ou qualquer outro fenômeno ideológico, é determinado de dentro para fora, em suas relações internas (intrinsecamente) e de fora para dentro, em suas relações externas (extrinsecamente), simultaneamente.

Da mesma forma que no projeto estético, a arquitetônica científica do conteúdo e dos valores presentes em um tempo e espaço assumirá determinada forma composicional constituída pela articulação e a organização do material.

Conforme Habermas (1997), na ciência, os valores giram em torno da verdade científica, da objetividade, o que confere a essa esfera poder, credibilidade e autonomia em relação às demais. O autor afirma que a ciência moderna é uma forma de legitimação do poder, o que vem se reforçando desde o final do século XIX, quando o progresso técnico-científico passou a se institucionalizar. Antes, a ciência e a tecnologia estavam sujeitas ao poder econômico e se reduziam a técnicas apreendidas de forma pragmática a partir dos ofícios, ofereciam instrumentos conceituais para um universo de controles produtivos. Com o colapso do capitalismo liberal, o Estado passou a intervir a fim de garantir o equilíbrio econômico. Para tanto, passou a se utilizar da ciência, uma vez que o agir político não se fundamenta racionalmente, “mas antes leva a efeito uma decisão entre outras ordens de valores e convicções de fé, que se subtraem a argumentos concludentes e permanecem inacessíveis a uma discussão vinculante” (HABERMAS, 1997, p. 108). Desse modo, a ciência ajuda a racionalizar as decisões políticas, o que coloca o político em situação de dependência em relação ao especialista. O poder da ciência na esfera social é traduzido por Habermas com palavras de Aldous Huxley:

Saber é poder e é por um paradoxo aparente que os cientistas e os tecnólogos, por meio do saber que têm sobre o que acontece nesse mundo sem vida das abstrações e inferências, chegaram a adquirir o imenso e crescente poder de dirigir e mudar o mundo em que os homens têm o privilégio de e estão condenados a viver. (HUXLEY, 1963 apud HABERMAS, 1997, p. 94-95)

Habermas afirma que, após a inversão da relação de dependência entre ciência-economia e ciência-política, a ciência moderna passou a proporcionar conceitos puros e instrumentos que possibilitam a dominação do homem sobre os homens por meio da dominação da natureza. Desse modo, a tecnologia vem para cercear a liberdade do homem, pois lhe oferece a comodidade e intensifica seu trabalho, castrando-lhe a autonomia ao subjugá-lo ao aparelho técnico.

Esse domínio da ciência revela parte do que é o processo de autonomia do campo proposta por Bourdieu (2004), pois, por vezes, a autonomia científica pode ser ofuscada por algum outro campo. Por esse motivo, Bourdieu (2004) opõe-se ao que pregava a tradição de história da ciência:

Essa tradição, notoriamente representada na França, descreve o processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partenogênese, a ciência engendrando-se a si própria,

⁸ “[...] literature reflects and refracts the reflections and refractions of other ideological spheres (ethics, epistemology, political doctrines, religion, etc.). That is, in its ‘content’ literature reflects the whole of the ideological horizon of which it is itself a part.” (BAKHTIN ; MEDVEDEV, 1991, p. 16-17)

fora de qualquer intervenção do mundo social. É para escapar a essa alternativa que elaborei a noção de campo” (p. 20).

Desse modo, o autor partilha da idéia de que se deve fugir da alternativa da ciência pura, objetiva, livre de influências externas.

Concernente ao objetivismo, outro valor tão caro à ciência, para Habermas, ele caracteriza-se pela neutralidade axiológica, ou seja, deveria haver uma separação entre fatos e valores, estes não deveriam interferir na descrição daqueles. Todavia, segundo afirma o autor, a subjetividade é inerente, nunca havendo independência de padrões. O que ocorre, de fato, em todas as ciências, é a constituição de rotinas que impedem a subjetividade de opiniões e caracterizam-se pela utilização de idéias para mascarar, com pretextos legitimadores, os motivos reais das ações, o que Habermas nomeia Ideologia. Similarmente, Bourdieu fala da “pretensão ‘absolutista’ de objetividade” (2004, p. 45) quando menciona que cada sujeito dentro de um campo o enxerga a partir de um ponto de vista, parcial e arbitrário, que objetiva os demais pontos de vista, ainda que revele uma parte de verdade. Pode-se inferir, portanto, que a objetividade é relativa, pois há uma tomada de posição arbitrária por parte dos agentes.

O AC é uma forma composicional que claramente “concretiza” a arquitetura científica, pois os valores que o regem (verdade científica e objetividade) são a linha mestra que conduzem a sua produção do início ao fim, constituindo um de seus focos.

Estilo

Os manuais dão à forma composicional forte relevo em detrimento do estilo e do conteúdo temático. Isso, todavia, não impede que o estilo seja levemente delineado ao longo das prescrições. Uma provável justificativa para sua presença nos manuais é o fato de fazer parte da constituição do gênero, estando indissolivelmente ligado ao enunciado.

Segundo Bakhtin (2003), a impressão da individualidade e da subjetividade do falante é facilitada em gêneros mais livres e criativos, como na literatura, em conversas de salão, sociais, familiares. Ao contrário, há gêneros mais padronizados, com alto grau de estabilidade, como saudações, felicitações, que, em função da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade estabelecidas entre os participantes da comunicação, exigem uma entonação expressiva elevada, extremamente oficial e respeitosa. Todavia, segundo Bakhtin (2003), o estilo está presente em todo enunciado, ainda que a individualidade do falante esteja sujeita a revelar-se em diferentes camadas e aspectos nos diferentes gêneros. Portanto, mesmo em gêneros tão pouco suscetíveis à impressão da individualidade, é possível identificar a manifestação da vontade discursiva, pois a seleção de determinado gênero por si só constitui o estilo.

Embora não dediquem muito espaço à questão, excetuando-se Rey (1993), ao abordar o estilo, os manuais não deixam de ressaltar, seja explícita, seja implicitamente, a objetividade e a verdade científica como valores fundamentais.

A objetividade é tida como importante à linguagem científica, perceptível nos adjetivos que todos utilizam para qualificar o estilo da linguagem e da redação científicas, recorrentes em qualquer manual, norma ou outra orientação para redação: clareza, objetividade, precisão, concisão. Esses adjetivos aparecem “espalhados” ao longo das prescrições de estilo.

Andrade (1995) dedica duas páginas de seu manual à discussão da linguagem científica, direcionada não só ao AC, mas a todo trabalho científico e ressalta:

Não há, neste trabalho, espaço para discutir técnicas de redação, até porque acredita-se que o autor de um escrito científico domina suficientemente o idioma que utiliza para transmitir seus conhecimentos. Não se trata de abordar regras gramaticais, de ortografia ou acentuação; vale, porém, a tentativa de sugerir algumas normas e procedimentos relativos à linguagem científica. (p. 111)

Nessas páginas, faz recomendações utilizando-se dos adjetivos de praxe: a linguagem deve ser *racional, técnica, informativa, “objetiva, denotativa*, isto é cada palavra deve apresentar seu sentido próprio [...]” (p. 112, *grifo meu*). O autor de trabalho científico, segundo Andrade, deve fugir de rodeios literários, figuras de retórica, utilizar frases curtas, na ordem direta, sem excesso de adjetivos, preciosismos, gírias.

Sá et al. (1994) abordam muito pouco o estilo em seu manual, mas, quando o fazem, em relação ao trabalho técnico, científico e cultural em geral, também retomam os mesmos adjetivos para qualificar o estilo:

O estilo, embora possa se diferenciar segundo a área de assunto do trabalho, deve, em princípio, ser *claro*, evitando-se nomenclatura pouco usual ou mesmo desconhecida, palavras ou expressões que necessitem explicações. Deve ser *conciso*, de forma a permitir que a idéia flua naturalmente sem sobrecarregá-la de adjetivos supérfluos e repetições inúteis. Deve-se evitar frases feitas ou muito prolixas e detalhes dispensáveis. (p. 24, *grifo meu*)

Os mesmo adjetivos aparecem na descrição que fazem dos elementos que compõem a estrutura do AC, retomando a idéia da redação precisa, breve, clara e lógica.

A ABNT 6022 (2003) distancia-se ainda mais da discussão sobre estilo. A única menção é quando orienta sobre o resumo na língua do texto: “Elemento obrigatório, constituído de uma *seqüência de frases concisas e objetivas* e não de uma simples enumeração de tópicos [...]” (p. 3, *Grifo nosso*).

Rey (1993) é o que mais dá importância ao estilo, mencionando-o em diversos momentos ao longo de seu manual. Em função de sua experiência como editor de dois periódicos científicos, a primeira questão que o autor pontua é a influência do estilo no ritmo da circulação das informações científicas. A esse respeito, o autor pondera que um original mal redigido determina o atraso em sua publicação, ainda que seu mérito científico seja relevante. As mesmas observações valem para os resumos dos ACs, os quais, segundo Rey (1993), se bem redigidos, de forma sintética e clara, conferem-lhe o mérito ou não de ter o texto completo lido.

Um AC bem redigido também favorece a melhor fluidez de algumas formas de dialogismo nele muito presentes, como o discurso citado. Segundo Rey (1993):

A incorporação das informações contidas nos artigos em trabalhos de revisão depende, em primeiro lugar, do mérito intrínseco dessas informações. Mas depende, também, da forma como as informações são veiculadas, da maneira como estão redigidos os documentos; da clareza com que estão escritos, permitindo aos revisores apreender facilmente e sem ambigüidades seu conteúdo, facilitando a crítica, a repetição das experiências e sua comprovação. (p. 171)

Rey (1993) dedica mais de 10 páginas a orientações sobre o estilo conciso. O que prescreve não se diferencia do já exposto por Andrade (1995) e Sá et al. (1994): deve-se evitar prolixidade, adjetivos supérfluos, construções perifrásticas e rodeios inúteis. Contrariamente a Sá et al. (1994), o autor sugere que palavras com mais de um sentido devam ter seu significado esclarecido e que se opte pela utilização de nomenclaturas e terminologias científicas, as quais têm grande importância na parte Material e Métodos, mais do que em outras partes do artigo.

Essas verificações nos permitem ressaltar que a objetividade é um valor científico que se faz muito presente nas prescrições relacionadas ao estilo, perpassando todos os manuais, exceto a ABNT 6022 (2003). Andrade (1995) pondera esse valor como requisito básico determinante da objetividade da redação. Por isso, oferece procedimentos gramaticais que favorecem o distanciamento da pessoa do autor, colaborando para a impessoalidade, característica da objetividade. Vale lembrar que Bakhtin (2003) menciona que a simples escolha de uma forma gramatical é um ato estilístico. Sá et al. (1994), por sua vez, colocam a objetividade científica como fundamental à descrição de materiais e métodos, a fim de possibilitar “a repetição do experimento com a mesma precisão” (p. 49). Rey (1993) embora não mencione a palavra “objetividade”, demonstra, com suas orientações acerca da prolixidade, dos adjetivos supérfluos, da voz passiva, que o que está por trás do AC é uma linguagem objetiva que ajude a transmitir a objetividade científica.

A verdade científica, enquanto valor presente em determinado tempo e lugar que compõe a forma arquitetônica científica, faz-se presente, por sua vez, não só pela linguagem, mas pelo modo de se conduzir a redação do AC, conforme ressalta Rey (1972, 1993) e Sá et al. (1994) quando afirmam que é necessário que a parte metodológica seja redigida de modo a permitir que quem a leia possa repetir o experimento e obter resultados mais semelhantes possíveis.

Forma composicional proposta pelos manuais

De modo geral, os manuais apresentam um único modelo de AC em suas prescrições, considerando seu caráter didático, embora reconheçam a existência de outros modelos em função da área de conhecimento em que se inserem:

A diversidade de formatos existentes nas instituições de nível superior para elaboração e apresentação de originais motivou o Núcleo de Documentação da UFF a desenvolver um estudo que reunisse as diversas tendências em um único padrão. (SÁ *et al.*, 1994, p. 15)

A redação do artigo obedece às normas gerais para os trabalhos científicos, e apresenta as três partes fundamentais: introdução [...]; desenvolvimento [...]; conclusão [...]. Embora sejam essas normas gerais, em cada área do conhecimento são indicadas algumas especificações [...] (ANDRADE, 1995, p. 65)

6.2.2 Desenvolvimento

Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024, *que variam em função da abordagem do tema e do método*. (ABNT 6022, 2003, p. 4. *Grifo nosso*)

Diferentemente, Andrade (1995) não só reconhece a existência de diferentes modelos de AC, como apresenta cinco⁹ deles em suas prescrições, “baseados em três autores de diferentes áreas” (p. 65). Três deles são classificados em função do conteúdo de um AC e diferenciam-se sobremaneira do que os demais manuais prescrevem, não havendo explicações sobre o que é cada uma das partes que os compõem nem clareza sobre a que área do saber poderiam ser aplicados, o que torna a prescrição extremamente abstrata. Por conta dessa dificuldade de prescrição, optou-se pela utilização das outras duas formas propostas pela autora, que são similares entre si bem como em relação ao que prescrevem os outros três manuais.

Adotam-se aqui as nomenclaturas propostas pela ABNT 6022 (2003) – “elementos pré-textuais”, “elementos textuais” e “elementos pós-textuais”, primeiramente por serem utilizadas por Sá et al. (1994) para referirem-se às três grandes partes do AC. Segundo porque, embora Andrade (1995) e Rey (1993) não utilizem a nomenclatura, pautam-se nas normas da ABNT para elaboração de seus manuais. Neste artigo, faz-se um recorte, trabalhando-se dois elementos pré-textuais (título e autoria) e os elementos textuais, uma vez que constituem as principais partes do artigo.

Elementos pré-textuais

Esses elementos constituem todos os itens que antecedem o texto propriamente dito. Podem apresentar variação de itens, como se verá adiante.

a) Título

Sá *et al.* (1994) e a ABNT 6022 (2003) não apresentam muitos detalhes sobre o título, orientando apenas que deve figurar na página de abertura do artigo. Rey (1972, 1993) e Andrade (1995) acrescentam a essa informação a importância do título ser preciso, conciso e indicar obrigatoriamente o conteúdo e a natureza do AC. Tanto Rey (1972, 1993), quanto a ABNT (2003) ponderam que o título em língua estrangeira deve ser idêntico ao título em português.

Nenhum dos manuais abordada a importância do título no AC. Apenas Rey (1993) pondera sua importância quando menciona que o título é usado por serviços de índices bibliográficos e, por isso, o ideal é que sejam curtos, a fim de facilitar a catalogação e localização por parte dos interessados. Vale ressaltar, no entanto, que o título é a referência principal do artigo, uma vez que é o primeiro item a saltar aos olhos do leitor. Desse modo, sua redação irá suscitar, ou não, no leitor o interesse pelo conteúdo e, conseqüentemente, pela leitura integral do texto.

b) Autoria

Excetuando-se Andrade (1995), que apenas menciona a obrigatoriedade da autoria, os demais autores concordam que os nomes dos autores do AC devem ser seguidos de suas respectivas titulações, ou qualificação, segundo a ABNT 6022 (2003), nomes das instituições com as quais mantêm vínculos e endereços para contato. Todos ressaltam que, embora obrigatórios, os demais itens além dos nomes podem figurar em nota de rodapé.

⁹ Embora a autora mencione que “[...] são sugeridos neste trabalho, três modelos similares de estrutura dos artigos [...]” (p. 65. Grifo meu), é possível verificar cinco em suas prescrições, conforme será demonstrado.

A grande importância dada, pela comunidade científica, à filiação dos autores associada a seus nomes e qualificações concede credibilidade não só ao AC, mas à pesquisa como um todo, refletindo um dos valores envolvidos no projeto arquitetônico. Nisso reside a idéia de Habermas (1997) de poder conferido à ciência e a de capital simbólico desenvolvido por Bourdieu (2004). Quanto maior o capital simbólico, maior será o status do agente, o que lhe garante mais poder para perpetuar a estrutura social em que se encontra, ou até para alterá-la. Esse poder também lhe possibilita engajar-se em instituições de renome e, por vezes, a simples associação de seu nome à instituição lhe garante *status*, mesmo que, em determinado momento, não esteja desenvolvendo nenhum projeto importante. É o caso de Rey (1993), qualificado em função de seu pertencimento ao quadro de pesquisadores da Fiocruz.

Elementos textuais

As articulações prescritas pelos autores são praticamente as mesmas, havendo diferença somente na nomenclatura. A ABNT 6022 (2003) divide o texto em três partes: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. Quanto ao Desenvolvimento, Rey (1972, 1993), Sá et al. (1994) e Andrade (1995), embora não o nomeiem como desenvolvimento, dividem-no em três articulações, a saber Materiais e Métodos, Resultados e Discussão. A ABNT 6022 (2003), por sua vez, apenas pondera, sem detalhamento, que o desenvolvimento é a parte principal do AC, onde se devem constar a exposição ordenada e pormenorizada do assunto, dividida em subseções variantes em função da abordagem do tema e do método.

Sá et al. (1995) são os únicos a considerar que essas articulações não precisam ser tão rígidas no que concerne à divisão e nomeação. Basta que sejam delineadas ao longo do AC.

a) Introdução

Embora a ABNT 6022 (2003) seja muito concisa em sua prescrição, por vezes simplista demais, coloca como informações importantes constantes da Introdução a delimitação do tema, os objetivos e “demais elementos necessários à delimitação do tema” (p. 4), sem, todavia, explicitar quais são esses elementos. Desenvolvendo um pouco mais essa idéia, Rey (1972, 1993) concorda com a descrição do objetivo, ponderando, ainda, a importância da justificativa para escolha do tema e uma revisão bibliográfica, não muito extensa, a fim de situar o trabalho em relação a outros existentes. Andrade (1995) apenas acrescenta que é na Introdução que devem ser inseridos eventuais agradecimentos que os autores queiram fazer. Sá et al. (1994) apresentam as mesmas prescrições, acrescentando a questão da problematização e das limitações que circundam o trabalho.

b) Método e material (ou Metodologia)

Esta articulação provavelmente é considerada pela ABNT 6022 (2003) dentro daquilo que simplesmente nomeia Desenvolvimento. Rey (1972, 1993) e Sá et al. (1994) concordam que a Metodologia deve descrever apenas os materiais, as técnicas e os processos de maneira breve, porém bem detalhada, de forma que o leitor possa repetir os experimentos e obter resultados mais similares possíveis. Sá et al. (1994) acrescentam, ainda, que podem haver tabelas e gráficos que corroborem a compreensão de informações do texto, sempre com o devido tratamento estatístico. Ainda segundo os autores, a metodologia deve ser descrita na seqüência cronológica em que o trabalho foi conduzido. Andrade (1995) limita-se a informar que a Metodologia descreve materiais e métodos.

c) Resultados

Sá et al. (1994) Rey (1972, 1993) e Andrade (1995) ponderam que se deve apresentar nesta articulação somente o registro dos resultados obtidos, evitando-se ao máximo discussões e interpretações pessoais. Nesta articulação, a discrepância nas prescrições reside na utilização das tabelas. Para Rey (1972, 1993), tabelas, quadros e gráficos podem ser apresentados *eventualmente*, mediante tratamento estatístico adequado, ao passo que Sá et al. (1994) consideram esses itens indispensáveis nos Resultados. Andrade (1995), por sua vez, sequer menciona algo acerca desses itens.

d) Discussão

A terceira e última articulação do Desenvolvimento é igual tanto para Rey (1972, 1993) quanto para Sá et al. (1994) e Andrade (1995). Segundo os autores, é nesta articulação composicional que se faz o exame interpretativo dos resultados obtidos, comparando-os os outros estudos citados na Introdução, a fim de se verificar em que corroboram ou divergem de resultados anteriores. Pode-se, com base nessas interpretações, indicar novos objetos e hipóteses para futuros estudos e apresentar generalizações e teorizações.

e) Conclusão

Para Andrade (1995), Sá et al. (1994) e ABNT 6022 (2003), a Conclusão é a parte final onde se apresentam as conclusões acerca de hipóteses e objetivos. Recapitulam-se sinteticamente os resultados e as generalizações dos achados, faz-se um resumo interpretativo das observações e fazem-se propostas e sugestões decorrentes dos dados coletados e discutidos anteriormente. Rey (1972, 1993) discorda da posição dos demais. Segundo o autor, a Conclusão está inserida na Discussão, sendo a existência desta última redundante e desnecessária.

Breves comentários

Apesar de diferenças quanto ao público alvo ou quanto aos objetivos, o que ocasiona maior ou menor precisão em relação a alguns temas abordados, como no que concerne à abordagem da pesquisa científica, ou à presença ou não de alguns capítulos, ou à extensão de outros, é possível identificar certas semelhanças entre os manuais, podendo-se colocá-los em dois grupos: no primeiro, estão Rey (1997) e Andrade (1995), para os quais compreender a pesquisa científica, sua metodologia, técnicas e finalidade são passos importantes para a preparação dos trabalhos. No outro, estão a ABNT 6022 (2003) e Sá *et al.* (1994), que sequer abordam o processo científico, pois seu objetivo é somente normatizar.

Um primeiro cotejo dos manuais nos permitiu uma observação importante que diz respeito à enorme preocupação dos manuais com a forma composicional do AC, relegando o tratamento a ser dado ao estilo e ao conteúdo temático ao segundo plano. Rey (1972, 1993) delinea com mais ênfase a questão do estilo, tanto com relação ao texto do AC em si, como quando trata da redação do título, fundamental ao AC. Essa atenção quase exclusiva à forma composicional pode ser resultado do objetivo principal dos manuais, que é normatizar, estabelecer uma estrutura básica com vistas à didatização. Somado a isso, verifica-se que as prescrições, em função da objetividade científica,

ajudam seus leitores a alcançar o efeito de sentido da verdade, buscado pela ciência em geral e que reflete a forma arquitetônica que conduz o gênero.

O resumo das prescrições dos manuais acerca da forma composicional do AC nos permitiu verificar que, embora concordem que há outras formas de AC adequadas a determinadas áreas do saber, todos optaram por adotar a mesma forma de AC, que se aproxima muito do modelo IMRD. Algumas diferenças podem ser notadas nas prescrições de Andrade (1995), Sá et al. (1994) e da ABNT 6022 (2003), que acrescentam a esse modelo a articulação “Conclusão”, a qual Rey (1972, 1993) considera dispensável a fim de se evitar redundância, pois seu conteúdo já está inserido na articulação que a antecede – “Discussão”.

Outra questão importante é a ponderação de Sá et al. (1994) sobre a necessidade de a articulação “Materiais e Métodos” ser descrita na seqüência cronológica em que o trabalho foi conduzido. Segundo constatado por Coracini (1991), por meio de entrevistas com pesquisadores, um AC não é escrito segundo a ordem cronológica em que o estudo é realizado, o que ressalta a diferença entre o texto e o fazer científico. O AC é, portanto, um gênero, ou seja, uma forma de organizar o fazer científico, e esse pode ser considerado um dos motivos pelos quais os manuais devam ser adotados apenas como diretrizes básicas não rígidas para a construção de um AC e não como normas inflexíveis que devem ser seguidas a todo custo.

A aparente estabilidade do AC refletida pelos manuais permite inferir que esse gênero pode ser incluído dentre os diversos gêneros com considerável rigidez. Todavia, isso não deve ser visto como uma “camisa de força”, principalmente ao considerarmos as observações de Bakhtin quando pondera que, por mais rígido que seja um gênero, ele está sujeito a alterações, ainda que em menor grau. Coracini (1991) corrobora essa ponderação ao constatar a forte tendência dos pesquisadores em lançar mão de outras formas de composição que fogem ao modelo IMRD, pois, por vezes, ele não se adéqua às necessidades do autor. Excetuando-se Rey (1972, 1993), que restringe suas orientações para o campo das ciências médicas e biológicas, por isso considera apenas um formato de AC, os próprios manuais enfatizam a possibilidade desse gênero ser flexível, principalmente em função da área do saber em que se inscreve.

Pondera-se que os manuais poderiam ser grandes colaboradores na perpetuação do AC ao favorecerem a estabilidade do gênero. Todavia, como eles mesmos reconhecem, há outras formas composicionais, deixando a pergunta sobre até que ponto eles influem nessa manutenção do gênero AC. Uma questão a ser verificada é a tensão entre o prescrito nos manuais e o realizado nos ACs já publicados em diversos campos do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6022: Informação e documentação – artigo em publicação periódica científica – Apresentação*. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.
- ANDRADE, M. M. de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação*. São Paulo: Atlas, 1995. 118 p.

BAKHTIN, M. M. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: _____. *Questões de literatura e estética*. 3.ed. São Paulo: Unesp, 1993[1924]. p. 13-70.

_____. Os gêneros do discurso. 2.ed. *Estética da criação verbal*. Tradução a partir do russo: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1952-1953].

_____. _____. 2.ed. BAKHTIN, M. M.; MEDVEDEV, P. N. The immediate tasks of literary scholarship. In: _____. *The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetics*. Translated by Albert J. Wehrle. London: The Johns Hopkins University Press, 1991[1928]. p. 16-37.

BARROS, A. J. D. Produção científica em Saúde Coletiva: perfil dos periódicos e avaliação pela Capes. *Rev. Saúde Pública*, v. 40, n. especial, p. 43-49, 2006.

BEZERRA, P. Notas. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução a partir do russo: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1952-1953].

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CARVALHO JÚNIO, E. T. de. *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. 2005. 79f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da Ciência*. São Paulo: Educ/Pontes, 1991.

HENZ, G. P. Como aprimorar o formato de um artigo científico. *Horticultura Brasileira*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 145-148, 2003.

HABERMAS, J. Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MORAES, L. S. de B. O metadiscorso em artigos acadêmicos: Variação intercultural, interdisciplinar e retórica. 2005. 194f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

REY, L. *Como redigir trabalhos científicos*. São Paulo: Edgard Blücher/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

_____. *Planejar e redigir trabalhos científicos*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1993.

SÁ, E. S. de et al. *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 55-62.

SOBRAL, A. Ético e estético. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 103-120.

TEIXEIRA, G. J. H. *Artigo científico: orientações para sua elaboração*. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1334>>. Acesso em: 05 nov. 2005.

